

ESTADO DO TOCANTINS: 20 ANOS DE REPRESENTAÇÃO ENTRE O POLÍTICO E O RELIGIOSO

Tocantins State: 20 years of representation between the politician and the religious one

Jean Carlos RODRIGUES¹

RESUMO

O texto a seguir tem por finalidade discutir a criação do Estado do Tocantins ocorrido na Assembleia Nacional Constituinte em 1988 e instalado em 01 de janeiro de 1989. 20 anos depois de sua objetivação, procuramos lançar um olhar que consiste em demonstrar o ritual mitológico envolvido neste ato que foi político, mas que se estruturou pela utilização de elementos religiosos. Assim, a construção desta unidade político-administrativa da federação brasileira inseriu-se numa perspectiva representativa cujo espaço de representação erigiu-se com bases de sustentação no imaginário coletivo e na elaboração de universos simbólicos.

Palavras-chave: Estado do Tocantins; Espaço de Representação; Mitos Políticos Modernos.

ABSTRACT

The text which follows aims at arguing the creation of the Tocantins State which took place in the National Assembly Constituent in 1988 and it was taken over on the 1st of January, 1989. 20 years after it was taken over, we are setting a look that consists of demonstrating the involved mythological ritual in this act that was a political one but was structured by the use of religious elements. Thus, the construction of this political-administrative unit of the Brazilian federacy was inserted in a representative perspective which represented and elaborated basis of imaginary of collective support and the elaboration of symbolic universes.

Keywords: Tocantins State; Space of Representation; Modern Political Myths.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina com Mestrado e Doutorado em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. Professor Adjunto I do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Araguaína (TO). *E-mail:* jeancarlos@uft.edu.br

O Estado do Tocantins é resultado de um mito político moderno, portanto, representação. Quando tratamos especificamente de sua criação e instalação ocorrida há 20 anos, em 01 de janeiro de 1989, observamos a construção de uma representação simbólica de uma unidade da federação brasileira que afirma que *essa terra é nossa*, conforme expressão inserida em seu brasão. Nesta discussão, podemos identificar o emprego de uma linguagem próxima a uma cosmogonia mítica que constrói heróis, reatualiza a história e nomeia herdeiros que falam em nome de um *povo* que, no entanto, não possui identidade própria e que nunca apareceu. Entretanto, nas palavras desses interlocutores, este *povo* estava ansioso pela libertação de uma opressão à qual estava submetido pelos goianos por um período, nas palavras de Siqueira Campos, de 179 anos. A criação do Estado do Tocantins foi, ao longo de sua história, marcada por muitos confrontos e enfrentamentos entre os poderes políticos estabelecidos, que reivindicaram seu tempo e seu espaço na construção do espaço de representação tocantinense.

Ao estudarmos a criação do Estado do Tocantins e de seu espaço de representação pudemos identificar seus *discursos fundadores*. Quanto a isso, Magalhães, Silva e Batista (2007, p. 20) consideram que uma das características do discurso é a sua condição material, a qual afirma o enunciado enquanto objeto. Segundo os autores, “a repetição de um enunciado depende de sua materialidade, isto é, depende de seu espaço institucional, e por isso uma mesma palavra ou frase terá significados diferentes conforme a *formação discursiva* na qual se insere”.

Assim, o discurso fundador atua no sentido de relatar acontecimentos e ao fazê-lo, ele utiliza fatos que representam no imaginário social a ordenação da vida, do mundo, e constrói a narrativa de *criação* da realidade, que pode ser desde o cosmos até uma ilha, um vegetal, um comportamento humano ou uma instituição. Assim, evidencia-se de que modo algo foi construído e tornou-se um *ser*.

Um dos elementos primordiais na explicação desse *ser* consiste em recuperar o papel de cada personagem, de cada *ente* ou de cada ator político na história e localizá-lo com o intuito de dar a ele um sentido, um papel ou uma função na ordenação da realidade vivida. Ao tornar o não familiar em algo familiar, a explicação mitológica das epopeias fundadoras de um mundo ao qual se precisa atribuir um sentido, o relato de um conjunto de eventos que se verificaram num passado distante e fabuloso, é de fundamental importância. Os resgates dessas cosmogonias, destes atos fundadores, produzem significado ao mito e à sua manutenção.

Mas não é só isso. Além de resgatar esse passado longínquo e o papel de cada um de seus personagens, atribuindo-lhes sentidos, significados e um lugar no tempo-espaço da construção do mito determinante do sentido das realidades vividas, sua manutenção e constante recriação e reatualização não podem ser esquecidas. Para isso servem os símbolos, os dias festivos, as datas comemorativas, os discursos e o próprio *contar a história* que delimitam a fronteira de quem fala e de quem deve ouvi-la, revivê-la e recontá-la constantemente, num tempo cíclico onde a cada momento as memórias são refeitas e o imaginário realimentado pelos eventos.

E aqui encontramos uma contribuição importante da construção de mitos e ritos para a política: no caso brasileiro, existem ritos cujo sentido e significado foram tomados emprestados de uma cultura mítica, que celebram a independência e a proclamação da república e que são necessários “para garantir o não esquecimento de dois valores, em tese, fundamentais para a cultura política da nação, a saber, a soberania e a tradição republicana” (SILVA, 2008, p. 77).

Nesse processo de produção de cosmogonias e legitimação do discurso fundador mítico, não podemos deixar de mencionar que religião e política se misturam, articulam-se no sentido de uma dar sustentabilidade aos argumentos da outra e reivindicar seus papéis na história da criação. O empréstimo de símbolos e representações entre elas colabora na estruturação e na significação de uma realidade. A identificação do político no discurso religioso e do religioso no discurso político contribui para dar a cada uma dessas instituições uma territorialidade na epopeia do mito fundador.

Quando, portanto, estudamos a formação do Estado do Tocantins e analisamos os discursos fundadores dessa unidade da federação, observamos que a criação de sua história e a construção de uma identidade regional que dê sentido de pertença à sua população, ao *povo*, estão carregadas de elementos religiosos emprestados do cristianismo e de sua instituição religiosa hegemônica no estado, a Igreja Católica, por meio das representações de seus ícones sagrados. O discurso político se apropriou desses elementos e da própria historiografia *heroica* de alguns de seus personagens e soube manipulá-los de forma a dar uma organização de continuidade aos eventos que culminaram com a criação do Tocantins e a personificação de um mito fundador em Siqueira Campos.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que o Estado do Tocantins é uma realidade sócio-espacial, cujo espaço de representação é fruto de uma epopeia mítica com uma estreita articulação entre política e

religião, construída por meio de discursos fundadores, recursos simbólicos e manuseio de instrumentos institucionais e de legitimação dessa instituição que Berger e Luckmann (2007, p. 121) denominam de *maquinária inteira de legitimação*.

Por ser uma realidade social e espacialmente construída, cabe aqui identificar os articuladores dessa construção e de que modo manipularam a linguagem e as tipificações do universo simbólico para dar a significação do que hoje chamamos de *Estado do Tocantins*. Em nossa análise, entende-se que o ponto de partida dessa identificação é a construção de uma historiografia tocaninense com base na ideia de emancipação do Estado. Ela tem como argumento fundamental ressaltar que desde o século XIX e ao longo do século XX já havia movimentos separatistas com a intenção de emancipar política, social, espacial e culturalmente o então norte do Estado de Goiás, culminando, dessa forma, com a constituição de uma nova unidade da federação. Nessa leitura de mundo, o resgate do papel de seus personagens e de suas ações no passado tocaninense é de fundamental importância para escrever e significar essa *epopeia tocaninense*.

Assim, a invenção do Estado do Tocantins e de seu espaço de representação resulta, sobretudo, da organização de alguns setores da sociedade civil, especialmente a partir da década de 1980, em torno dessa questão. Para trabalhar a questão da emancipação do estado, Cavalcante (2003) busca nos documentos historiográficos ao longo dos séculos XIX e XX os argumentos para legitimar uma emancipação política e administrativa com relação ao sul de Goiás. Todo esse material historiográfico foi, posteriormente, utilizado para dois fins: a) dar sentido à invenção do Tocantins e à construção de seus elementos simbólicos e de representação social, a fim de legitimar o discurso separatista; e b) dar atribuições de sentidos históricos aos personagens da epopeia tocaninense que, segundo um de seus herdeiros, Siqueira Campos, travaram uma luta de *libertação* por cento e setenta e nove anos.

Nessa linha de interpretação, podemos afirmar que era necessário apresentar aos tocaninenses elementos identitários que o diferenciavam do goiano, como um dos caminhos para se alcançar o apoio popular a esta questão. A invenção de símbolos e representações como a bandeira, o hino, a poesia e literatura tocaninenses, entre outros, foram fundamentais nesse processo.

Estas interpretações, a) políticas (emancipação) e b) mítico-religiosas (invenção ou criação), acerca da formação do Estado do Tocantins possuem algo em comum: elas justificam, cada uma a seu modo, à sua

leitura de mundo, a ascensão de uma nova unidade da federação; além disso, são articuladas pelos setores da sociedade interessados na formação do Estado do Tocantins para dar sentido a uma história que culminou com a divisão, pela Constituinte de 1988, do Estado de Goiás. Além disso, possuem como ponto de convergência a figura de Siqueira Campos, com sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados e a articulação com outros setores da sociedade civil, devidamente organizados, como a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte) e o Comitê Pró-Tocantins, tornando-se, dessa forma, uma espécie de mito fundador do Estado do Tocantins.

A INVENÇÃO DO MITO

A argumentação que gira em torno da tese da invenção do Estado do Tocantins parte do pressuposto de que a manipulação de elementos simbólicos, constituindo um espaço de representação tocaninense, teve um peso considerável na construção de uma identidade que justificava o discurso fundador que originou essa nova unidade da federação. Segundo Ribeiro (2001, p. 152), no discurso sobre a criação do Tocantins o imaginário desempenhou um papel importante e atuou como força impulsionadora, como peça efetiva das aspirações e dos anseios coletivos.

O que diferencia essa leitura da construção mítico-religiosa de uma realidade socioespacial chamada "Tocantins" da emancipação política consiste na forma de abordagem do fenômeno, do objeto em questão, pelos diferentes pesquisadores, a partir, evidentemente, de diferentes objetivos que os trabalhos se propuseram a cumprir.

A ideia da emancipação do estado com relação a Goiás faz uma discussão quase que cronológica dos eventos. Apresenta uma leitura historiográfica, com a delimitação e demarcação do tempo e do espaço de cada personagem específico na luta pela emancipação do norte goiano ao longo dos séculos XIX e XX, demarcando três momentos importantes desse conflito emancipatório: 1821-1823, 1956-1960, 1985-1988.

No primeiro momento, 1821-1823, a oposição do norte ao centro-sul de Goiás estava na questão da cobrança de impostos de captação de ouro. As minas do norte possuíam valores mais elevados a serem pagos aos cofres públicos do governo que o das minas de Goyazes, no centro-sul. Segundo a historiadora

Cavalcante (2003, p. 202-203), percebe-se nas falas dos protagonistas de 1821 que a configuração daquele momento político apontava para duas direções para a sustentação do Governo Independente do Norte: a) ele poderia tanto estar articulado ao movimento de Independência do Brasil, ou b) aliar-se às Cortes de Lisboa. A posição de Joaquim Theotônio Segurado, conforme veremos com mais detalhes a seguir, foi manter-se fiel a Portugal, entretanto com uma administração independente do capitão-general Sampaio, instalado no Centro-Sul de Goiás.

Já em relação ao segundo momento, 1956-1960, a autora faz uma alusão ao projeto de expansão do Estado brasileiro em direção ao interior como uma das razões que fundamentaram a emancipação do Norte de Goiás em relação ao Centro-Sul do referido estado. Segundo Cavalcante (2003, p. 203-204), isso se tornava possível pelo fato de o momento político nacional da segunda metade da década de 1950 ter sido marcado pelos projetos de expansão e integração do território nacional. Esses projetos acabaram por configurarem-se promissores nas falas dos nortenses, que recriaram o discurso autonomista do norte goiano, alimentadas nas diretrizes políticas do Governo Federal, as quais eram voltadas para a ocupação dos espaços vazios interiores. Isso, posteriormente, foi possível de ser percebido com a construção de Brasília no planalto central goiano por iniciativa do governo Juscelino Kubitschek, voltado para a interiorização das políticas de planejamento. Era preciso ocupar o Brasil e o Centro-Oeste de Goiás estava encampado nesse propósito.

Em relação à terceira etapa da luta emancipatória do Estado do Tocantins, a autora salienta que o discurso de 1985-1988 era pautado, sobretudo, nas diferenças culturais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás. Para Cavalcante (2003), enquanto o Centro-Sul goiano evidenciava uma sólida integração econômica com o mercado da região Sudeste do Brasil, acentuavam-se as diferenças internas entre o norte e o sul do estado, devidamente criadas com esse propósito, conforme veremos a seguir. A expressividade dessa diferença foi tomada na construção do discurso autonomista regional a partir das peculiaridades que identificariam, diferentemente, o Estado do Tocantins e o Estado de Goiás. Dessa forma, observa-se que cada momento histórico, caracterizado por diferentes contextos, produziu suas argumentações que justificassem a formação do Estado do Tocantins.

A análise da invenção do Estado do Tocantins lança um olhar diferenciado sobre o objeto, observando os eventos por dentro do processo que culminou com a formação dessa nova unidade da federação. Os atores

políticos analisados nesse estudo souberam resgatar esse passado apresentado por Cavalcante (2003) e articulá-lo de modo a dar sentido ao projeto de criação do estado. Ribeiro (2001) se coloca dentro desse discurso e analisa-o no sentido da constituição de um universo simbólico construído por atores específicos para inventar uma identidade tocantinense e, a partir disso, elaborar um discurso fundador que resultasse na separação do norte goiano.

O estudo das linguagens elaboradas, das instituições e das representações criadas, nesse caso, é de fundamental importância. Nesse sentido, para Ribeiro (2001, p. 20), “o Tocantins, aos poucos, vai construindo suas instituições, seus símbolos, seus lugares de falar e seus porta-vozes que criaram uma representação para o Estado e seu povo, principalmente após a criação pela Constituição”. Cabe ressaltar a importância dessas representações no imaginário: sua manipulação por atores políticos envolvidos e interessados na divisão de Goiás possui, em alguns casos, mais importância que o próprio acontecimento histórico.

Nesse processo de invenção do Estado do Tocantins, os discursos direcionam-se no sentido de apresentar uma diferenciação entre o norte e sul de Goiás, a fim de produzir uma identidade tocantinense por oposição à goiana e, assim, elaborar diferentes representações no imaginário popular. Falas como *Goiano de direito. Tocantinense de coração* e *Estou Goiano, mas sou Tocantinense*, produzidas pela Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte), em sua campanha publicitária pela divisão do estado de Goiás na década de 1980, evidenciam esse caráter de diferenciação construída e estruturada, sobretudo, na produção das diferenças entre o norte e o sul goiano. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, por trás dessas falas, também existia uma forte conotação econômica que interessava a uma elite, sobretudo relacionada com a agropecuária, que via na divisão do Estado de Goiás uma oportunidade de expansão de seus negócios.

Essas frases fazem parte da estratégia da Conorte de criar um *status* simbólico das manifestações culturais como forma de legitimar o próprio movimento e sua causa. Segundo Oliveira (2002, p. 25), “esta representação simbólica da região era a forma de o movimento compreender e conferir significado à sua própria história por meio de uma identidade espacial e comunitária”. Entretanto, a questão da construção dessa identidade regional tocantinense é questionada. Segundo Bittar (1988), em uma reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 1 de novembro de 1988, “a política contrariou a vocação normal da

demografia. Tocantins, partindo do Sul até Araguaína, é puro Goiás”. Na construção de sua reportagem sobre o espaço de representação tocantinense, a repórter destaca alguns elementos ao longo de sua matéria que justificam sua afirmação. Ela cita o caso de uma fruta chamada *pequi*, que acompanha arroz com galinha, muito comum no Estado de Goiás.

Além disso, ela também menciona os churrascos e os cafés servidos sempre adoçados. Ao lado deles, há a festa popular do Divino. A repórter menciona a forte influência que a região do Bico do Papagaio, extremo norte do Estado do Tocantins, sofre do Estado do Maranhão, com o qual faz divisa. E não para por aí. Os meios de comunicação também resultam em influência do Estado de Goiás, como o monopólio exercido pelas Organizações Jayme Câmara, por meio de seu jornal *O Popular*, e pelas emissoras de rádio e TV Anhangueira, que até hoje transmitem o sinal da Rede Globo de Televisão.

A OCUPAÇÃO DE GOIÁS

A historiografia tocantinense reforça essa diferenciação e constrói um ambiente de polarização de significados entre a ocupação do norte e do sul do estado de Goiás. Silva (1996, p. 25) afirma que “desde os primórdios do desbravamento e povoamento destas ribeiras, sempre existiram dois Goiás: o Sul, colonizado pelos paulistas e o Norte, colonizado pelo vaqueiro e dono de curral, vindos do Nordeste brasileiro”, enfatizando que foram os curraleiros nordestinos, e não os mineradores paulistas, que deram início à separação do norte de Goiás, com a instalação da Comarca de Palmas em 1809. Em seguida, era a vez dos criadores de gado, e não mineradores de ouro, a instalar o governo separatista do norte do Goiás de 1821 a 1824.

O movimento separatista da década de 1980 vai buscar elementos legitimadores desse discurso de diferenciação de identidades no processo de ocupação de Goiás no século XVIII. O estado sofreu processos de ocupação diferenciados em suas regiões norte e sul. Enquanto o sul do estado teve uma frente de ocupação originada de São Paulo, o norte do estado foi ocupado por frentes oriundas da região norte do Brasil, sobretudo Belém (Capitania de Grão-Pará). Segundo Ribeiro (2001, p. 32), essas diferentes frentes de ocupação de Goiás foram utilizadas na construção discursiva de uma oposição binária em relação à identidade tocantinense,

criando suas classes polarizadas, onde uma delas, o sul, é sempre privilegiada em detrimento da outra, o norte.

É importante ressaltar o papel da religião e seus elementos discursivos e de construção de representações utilizadas na elaboração de falas e produção de argumentos por parte dos articuladores do movimento na década de 1980, as quais habitaram o imaginário popular. A busca dessas falas direcionou-se ao resgate do papel e da significação dados aos jesuítas neste processo: a ocupação do norte de Goiás no século XVII foi realizada pelos jesuítas partindo de Belém (Grão-Pará), enquanto o sul foi ocupado pelos bandeirantes originários de São Paulo.

Essa dualidade recriada pelo discurso da invenção do Estado do Tocantins entre jesuítas e bandeirantes deu o tom de voz aos construtores das falas pró-Tocantins: enquanto os primeiros, no norte, defendiam a terra e os indígenas, os segundos, no sul, eram marcados pelo estigma da exploração da terra e de seus habitantes. Para Ribeiro (2001, p. 32), esse acontecimento histórico relacionado com o processo de ocupação das terras do Estado de Goiás passou a ser explorado no discurso tocantinense para reforçar o sentido de uma tradição histórica, uma formação humanista, uma preocupação com a cultura e o saber e com a preservação das sociedades indígenas que os jesuítas possuíam.

Mas o papel da religião não para por aí. As metáforas religiosas eram incorporadas aos discursos para legitimá-los e torná-los repletos de sentido. Para uma sociedade como a tocantinense e a brasileira, em geral, que possuem as tradições cristãs como hegemônicas e arraigadas ao processo de construção das identidades regionais e nacionais, além do fato de religião e estado se confundirem na construção dos processos históricos e políticos do Brasil, a utilização dessas representações religiosas era infalível para o êxito do discurso de criação do estado.

Vem daí o sentido que se dava ao Tocantins de *status* de *Terra Prometida*, sua articulação com os planos de Deus e a justificativa para Siqueira Campos recorrer constantemente aos ícones cristãos (Espírito Santo) e, sobretudo, católicos (Virgem Maria, padroeiros e santos) em seus discursos tanto na Assembleia Nacional Constituinte como na Câmara dos Deputados no final da década de 1980. Reproduzimos abaixo trechos de um discurso do ex-deputado na Assembleia Nacional Constituinte, realizado em 1987, no qual a invocação dos elementos sagrados está presente em sua fala. De acordo com o deputado,

dirijo minhas preces a Deus e aos meus protetores do Alto, para que me iluminem, me inspirem e fortaleçam, na minha resistência física, na minha determinação, na tolerância e na humildade, para que eu saiba me conduzir nesta luta e possamos chegar à grande vitória do povo nortense de Goiás. [...] Cheio de esperança, revigorado em minhas forças físicas e espirituais, rogo à Sagrada Família e a Deus Todo Poderoso que nos ilumine e nos abençoe (CAMPOS, 1987a, p. 163).

Consideramos esta fala rica no que diz respeito à representação do religioso no discurso político. Expressões como *preces a Deus, protetores do Alto, rogo à Sagrada Família, Deus Todo Poderoso* são utilizadas para construir um espaço de representação e legitimá-lo por meio da implantação de uma aura sagrada em torno de um objetivo meramente político. Segundo Berger e Luckmann (2007, p. 167), ao utilizar uma determinada ideologia como forma de construção de uma realidade sócio-espacial, grupos políticos o fazem pelo fato de visualizarem uma aproximação muito estreita entre os elementos teóricos dessa ideologia e seus próprios interesses.

Uma dessas ideologias utilizadas é o cristianismo. Para os autores Berger e Luckmann (2007), na época de Constantino, o cristianismo, com todo o efeito simbólico que ele produzia, veio a ser aproveitado por poderosos interesses para fins políticos que tinham pouca relação com os conteúdos religiosos. Não importavam os elementos religiosos e a expressão dos dogmas e doutrinas advindos pela prática da fé: o que contava era a dimensão simbólica que qualquer ato político alcançava ao fazer seu uso e implantá-lo nos discursos fundadores. Dessa forma, podemos compreender que não é de hoje que os elementos discursivos de uma religião vêm sendo utilizados na forma de dar sentido a um propósito meramente político. Siqueira Campos soube articular esses elementos da representação e da linguagem cristã em benefício de suas próprias aspirações, manipulando politicamente ícones sagrados que usava para legitimar o que ele se referiu como sendo a *grande vitória do povo nortense de Goiás*.

Nesse sentido, religião e política se misturam e a constituição de um universo simbólico de representação e construção de uma identidade regional possui como um dos eixos articuladores com o imaginário popular a imagem e a linguagem sagrada. Esses elementos são ícones de um universo mítico no qual a estrutura social e a realidade tocantinense se edificam, criando significações na medida em que, para Berger e Luckmann (2007, p. 43), tanto a arte quanto a religião são produtores endêmicos de campos de significação tanto

cultural quanto política.

Os significados religiosos ganham um tom político e identitário, ao construir a identidade dos primeiros habitantes tanto do sul quanto do norte de Goiás na historiografia oficial tocantinense. Silva (1996, p. 35) representa bem essas disparidades ao referir-se à colonização primária do Tocantins. Quando o autor se refere à ocupação do sul do estado, ele afirma que “os homens do Sul (da capitania de São Vicente), possuídos pelo demônio da ambição, penetravam a terra como relâmpagos, rasgando estradas com os seus corpos eletrizados pela caça ao índio e, depois, pela fome do ouro”.

Quando o autor se refere à ocupação do norte, o discurso se torna mais ameno, sem a utilização de expressões que na cultura judaico-cristã se identificam com elementos demoníacos, elementos da força moral religiosa resultantes do eterno conflito entre o bem e o mal. Para o autor, “os homens do Norte [...] penetram o vale com mais cautela, com menos arranco, garantido seu avanço com uma retaguarda reforçada pelos currais e ranchos de vaqueiros” (SILVA, 1996, p. 35).

A oposição entre *ambição* (do sul) e *cautela* (do norte); *corpos eletrizados* (do sul) e *menos arranco* (do norte), além da demonização dos ocupantes do sul do estado de Goiás, dá o tom do discurso necessário para implantar uma representação negativa dos sulistas, barbarizando-os ou comparando-os à figura do demônio da tradição judaico-cristã e que, portanto, reforça o imaginário de que realmente é preciso separar-se deles, afastando-os da *terra prometida*. Utilizam um discurso fundador baseado na dialética moral cristã entre o bem e o mal e a materializam objetivamente na caracterização dos atores sociais envolvidos com a ocupação do Estado de Goiás.

Essa diferenciação entre ocupantes do norte e do sul do estado de Goiás constrói uma fronteira, territorializa um sentimento de pertença ao norte cauteloso e de repulsa ao sul ambicioso. Isso está presente dos discursos da invenção do estado do Tocantins da década de 1980, ocasião em que, como demonstra Ribeiro (2001), foi se criando imagens para o Tocantins de um destino pré-estabelecido por Deus, em que os negativistas, que eram os demônios do Sul, não tiveram força para se opor aos desígnios superiores que apontavam a criação do Estado.

Essa leitura do estado do Tocantins ganha mais um reforço importante na reatualização de discursos da década de 1980, ao tratar da exploração aurífera da região. Segundo Ribeiro (2001), baseado em uma produção intelectual sobre a historiografia do Tocantins, a efetiva ocupação do estado de Goiás ocorre em 1725,

com a chegada dos bandeirantes ao rio Vermelho e com as descobertas das primeiras minas de ouro na região.

Todos os problemas vividos pela região a partir do ciclo econômico do ouro, as explorações das minas auríferas, foram utilizados como elementos que reforçavam a ideia da invenção do Estado do Tocantins, encontrando nessas minas elementos históricos que davam sentidos de continuidade de uma luta iniciada há muito tempo, mas que somente na Assembleia Nacional Constituinte teria, finalmente, um desfecho favorável ao *povo nortense*, de lutas históricas contra a espoliação do sul goiano. Isso fica claro em um discurso de Siqueira Campos na Assembleia Nacional Constituinte em 1987, quando menciona que “a causa nortense é das mais justas Sr. Presidente. A emancipação que o norte-nordeste de Goiás buscam há 178 anos é hoje uma idéia amadurecida” (CAMPOS, 1987b, p. 2822).

Um exemplo de como as explorações das minas de ouro serviram como suporte de reatualização do discurso separatista entre o norte e o sul de Goiás é a implantação do imposto de capitação de ouro de 1735 ser mais elevado para as minas do norte de Goiás do que para as minas do sul, criando um tom separatista da província que Cavalcante (2003, p. 21) denomina de *manifestação inicial de oposição do Norte ao Centro-Sul de Goiás*. No pensamento da administração local, que representava os interesses mercantilistas da metrópole portuguesa, essa medida se justificava pelo fato de as minas do norte e do Tocantins serem mais ricas do que as do sul da Província. O que eles não levavam em consideração, segundo a autora, é que a arrecadação do norte era inferior às das minas dos Goyazes.

Esse foi o estopim de uma discussão acerca da cobrança de impostos de captação de ouro no norte de Goiás, que culminou, segundo Cavalcante (2003), com a divisão da Província de Goiás. Essa divisão deu-se em função da diminuição da produção aurífera das minas do norte e do centro-sul, que já não despertava mais o interesse de controle da administração real e tornava o sustento dos instrumentos fiscais administrativos ociosos. Dessa forma, foi feita a divisão da Província de Goiás em duas Comarcas: a de Goiás e a do Norte (CAVALCANTE, 2003, p. 25).

Com relação à Comarca do Norte, o alvará que a criava era de 18 de março de 1809 e definia sua sede em São João das Duas Barras. Sua jurisdição envolvia Porto Real (atual Porto Nacional), Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores, e seu governador era o desembargador Joaquim Theotônio Segurado, ouvidor da Capitania de Goiás desde 1804. Dessa forma, um dos personagens históricos constan-

temente reatualizado nos discursos de representação do estado do Tocantins que procuram criar heróis para legitimar essas falas é justamente o ouvidor Joaquim Theotônio Segurado.

JOAQUIM THEOTÔNIO SEGURADO: A REATUALIZAÇÃO DE UM PERSONAGEM

A atuação deste personagem na história tocantinense gera uma controvérsia na historiografia local: ao mesmo tempo em que aparece em falas e discursos como um dos heróis da invenção do estado e é constantemente reatualizado nos discursos de Siqueira Campos em diversas ocasiões, Joaquim Theotônio Segurado também é apontado por outros autores como um dos personagens mais controversos da história do Tocantins, proprietário de muitas terras e de grande ligação com os interesses da Corte Portuguesa.

Siqueira Campos, ao referir-se a Joaquim Theotônio Segurado em seus discursos na Assembleia Nacional Constituinte, coloca-se como herdeiro de uma luta iniciada há 179 anos que possui a figura do desembargador como patrono e maior sustentador da luta pela criação do Estado. Ele coloca-se como herdeiro dessa árdua tarefa e possui como missão concretizar esse *sonho* há tempos iniciado. Essa representação de Siqueira Campos torna-se clara em dois momentos distintos.

Num primeiro momento, Siqueira Campos se nomeia como legítimo representante de um movimento iniciado no século XIX que, agora na Assembleia Nacional Constituinte, possui nele a tarefa de levar até o fim a formação do Estado do Tocantins. Ou seja, o histórico movimento de formação do estado, cujo início dá-se a mais de um século, tem nele seu último representante, seu último herdeiro.

Na *árvore genealógica* do Tocantins, a *Sagrada Família* ou a *dinastia* tocantinense possui Siqueira Campos como uma espécie de último herói com a missão de cumprir uma tarefa, um *sonho acalentado* iniciado por Joaquim Theotônio Segurado. Para Siqueira Campos (1987a, p. 163), “se Deus o permitir, ainda este ano [1987], criaremos o Estado do Tocantins, sonho acalentado desde o início do Século XIX pelas gentes que tenho a honra de representar”. Para Magalhães, Silva e Batista (2007, p. 23), “para o herói de palanque, a eloquência é obtida através de associações que o aproxima da figura de Deus ou de determinados políticos

ou personagens tidos pela comunidade como mártires ou heróis da pátria”. Nesse caso, Joaquim Theotônio Segurado era o herói regional, digamos assim, ao qual Siqueira Campos se associa pelo simbolismo libertário no então norte do Estado de Goiás.

Em um segundo momento, Siqueira Campos faz uma referência direta a Joaquim Theotônio Segurado, denominando-o como *patrono* da luta pela criação do Tocantins. E não é só isso: ele relembra constantemente o papel de Joaquim Theotônio Segurado na historiografia da luta pela criação do Tocantins, atribuindo a ele um novo significado, como o de *maior sustentador desta luta* (CAMPOS, 1988, p. 9.807).

Essas atribuições de Siqueira Campos ao papel desempenhado por Joaquim Theotônio Segurado na luta pela criação do Estado do Tocantins possuem respaldo na produção historiográfica do estado, o que justifica as constantes referências e a identificação de Segurado como o precursor do movimento que possui no deputado e em sua *luta* na Assembleia Nacional Constituinte seu último e legítimo representante.

Cavalcante (2003, p. 26) destaca que Joaquim Theotônio Segurado, quando nomeado governador da Comarca do Norte, nutria constante preocupação com o desenvolvimento desta e que não hesitou em reivindicar legalmente a autonomia político-administrativa da região. Uma de suas atitudes foi a escolha do local que seria a sede da nova Comarca, que ficou estabelecida, por determinação do Príncipe Regente, na localidade de São João das Duas Barras.

Entretanto, em virtude da distância dessa localidade (extremo norte da Comarca, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, próximo ao atual Estado do Pará) e de seus solos inadequados para a agricultura, desestimulando o povoamento da área, Segurado reivindicou ao Príncipe Regente uma nova localidade para a sede da comarca. Este baixou o Alvará de 25 de fevereiro de 1814, determinando que fosse instalada a Vila na Barra da Palma como a nova sede, em função de sua localização central no território da nova Comarca, facilitando as funções administrativas.

Além disso, Joaquim Theotônio Segurado também se preocupou com a expansão econômica da Comarca do Norte. Ele incentivou, segundo Cavalcante (2003, p. 28), a exploração fluvial do rio Tocantins, pelo qual era possível estimular a agricultura e proporcionar um comércio mais vantajoso não apenas na Comarca do Norte, mas em toda a Capitania. Essa navegação pelo rio Tocantins, e posteriormente pelo rio Araguaia, também facilitaria o comércio com o Pará, promovendo o desenvolvimento da região. Dessa forma, segundo Cavalcante (2003, p. 30), “todos esses empreendimen-

tos propostos – e alguns realizados no período em que exerceu a Ouvidoria da Capitania e da Comarca do Norte de Goiás – fizeram com que Theotônio Segurado se destacasse na região, merecendo considerações bastante significativas dos historiadores”.

Numa simetria entre os discursos de Siqueira Campos e a figura *heroica* de Joaquim Theotônio Segurado, algo se torna bastante latente quando observamos o papel atribuído a Segurado: ele é considerado o *grande defensor da região*, a partir do momento em que instala a Junta Provisória Independente do Norte de Goiás, em 1821 (CAVALCANTE, 2003, p. 30-31). Essa atitude, além de ir ao encontro dos ideais do liberalismo, culmina com a instalação, após vários conflitos, do Governo Independente do Norte, em 14 de setembro de 1821, tendo como Presidente até janeiro de 1822 o próprio desembargador.

Os paralelos traçados entre os personagens dessa história – Siqueira Campos e Joaquim Theotônio Segurado – nos permitem identificar algumas semelhanças entre eles considerando, evidentemente, uma escala temporal ao longo da história tocantinense. Analisando seus discursos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Nacional Constituinte no período de 1887 a 1888, notamos que: assim como Segurado, Siqueira Campos também se considera o defensor da causa do norte-nordeste goiano; suas ações no campo político culminam com a *independência* do norte de Goiás; e ele, a exemplo de seu antecessor, também foi governador.

Não foi à toa, portanto, que os resgates dos papéis de Joaquim Theotônio Segurado aparecem nos discursos de Siqueira Campos e são retomados constantemente e legitimados a cada fala do ex-deputado e ex-governador, que atribui a Segurado, inclusive, o nome de uma das principais avenidas de Palmas, capital do Estado. A outra se chama Juscelino Kubitschek. No processo de legitimação dos universos simbólicos,

ela trata de uma objetivação de sentido de “segunda ordem”. A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem” que foram institucionalizadas (BERGER; LUCKMANN, 2007, p. 126-127).

Siqueira Campos, conforme suas palavras apresentadas anteriormente, é o representante legítimo de

uma causa histórica que precisa ser constantemente legitimada e atribuída de novos significados, a fim de ser constantemente revivida e transmitida a novas gerações com o intuito de reproduzi-las e sempre permanecer na memória dos indivíduos. Para Ribeiro (2001, p. 46),

a figura de Theotônio Segurado é reatualizada como símbolo da tradição histórica de uma região, presente em quase todos os momentos discursivos. [...] A imagem de Theotônio Segurado assegura continuidade histórica entre passado e presente de uma região, que se percebia esquecida e isolada.

Continuidade histórica essa que se faz presente, inclusive, no hino do Estado do Tocantins, construindo representações simbólicas de uma missão herdada e de legítimo ícone da memória tocantinense, o herói do povo que fala por ele e atua contra seus tiranos e opressores, aqui representados pela *oligarquia*: “De Segurado a Siqueira o ideal seguiu/ Contra tudo e contra todos firme e forte/ Contra a tirania/ Da oligarquia/ O povo queria/ Libertar o Norte!” (Hino do Estado do Tocantins).

A inserção tanto de Segurado como de Siqueira Campos no hino do Estado do Tocantins revela a utilização e a manipulação da construção dos símbolos regionais, forjando uma ideia de continuidade histórica e de heroísmo dos dois personagens na construção da identidade regional. Oliveira (2002, p. 25) menciona que “as práticas ideológicas presentes na construção dos símbolos regionais demonstram a utilização da história como legitimadora de determinadas ações sociais, e como elemento de coesão grupal na construção de uma identidade regional”.

Dessa forma, evidencia-se que a criação do Estado do Tocantins cercou-se da construção de um espaço de representação que atuou no sentido de elaborar um imaginário social de luta contra o sul goiano, que desde os tempos de ocupação da Província, é caracterizado como terra dos agentes exploradores vindos da Capitania de São Vicente atrás de ouro e de aprisionamento de indígenas.

Além de construir essa dicotomia entre norte e sul e reinventá-la a todo momento no sentido de legitimá-la, a criação do estado também se articula com a construção de símbolos (hino do estado, bandeira, brasão) e a utilização dos já existentes emprestados de outras instituições, como a Igreja Católica (festas religiosas, nomeação de padroeiros, entre outros), nos

quais reproduz a história, demarca fronteiras entre os protagonistas da luta, dá sentido às reivindicações e legitima os discursos. Outro recurso utilizado no sentido de rememorar constantemente os feitos *heroicos* foi a criação do feriado de 18 de março, no qual se comemora o *Dia da Autonomia do Tocantins*. Esse feriado estadual refere-se ao Alvará de 18 de março de 1809, data em que foi ratificada a divisão jurídica da Província de Goiás em duas comarcas: a Comarca de Goiás e a Comarca do Norte.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO

O caminho adotado aqui para uma melhor interpretação acerca da construção da realidade sócio-espacial tocantinense e de seus mitos fundadores foi o das representações sociais e o espaço de representação resultante dessas ações simbólicas. Os universos simbólicos difundidos pelos homens em suas relações cotidianas para dar sentido à existência por meio de gestos, palavras, mitos, símbolos e imaginário recorrem tanto à política como à religião para serem construídos e reproduzidos constantemente no imaginário social de uma coletividade.

De acordo com Jovchelovitch (2000), as representações sociais representam, simbolicamente, o espaço do sujeito social, daquele que luta para atribuir um sentido, interpretar e construir o mundo vivido em que ele se encontra. Além disso, elas oferecem a possibilidade do novo, do estar por vir, da autonomia do inexistente, mas que poderia existir. Por meio delas torna-se possível uma relação com o ausente e com o que poderá vir a ser.

Assim, os espaços de representações tornam-se espaços de manifestação de representações simbólicas da vida cotidiana. Para Jovchelovitch (2000, p. 40), as reuniões públicas, os cafés, as ruas, os meios de comunicação e as instituições tornam-se os *lócus* de cristalização e transmissão destas representações. Segundo a autora, “é no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40),

Analisar o papel das representações sociais na construção do mito da criação do Estado do Tocantins envolve, num primeiro momento, fazermos uma breve

discussão em torno da questão que trata da definição do que vêm a ser as representações sociais e suas dimensões tanto políticas quanto religiosas. Entendemos que não é possível dissociá-las, uma vez que as relações humanas pressupõem representações e elas estão inseridas em diversos contextos, como o político e o religioso.

Entretanto, as representações sociais possuem uma história. Ao elaborar as representações do nascente Estado do Tocantins, o recurso à história foi imprescindível para, a partir dali, elaborar novas representações que servissem aos objetivos de quem as estava construindo. Com o passar do tempo, os velhos heróis vão sendo substituídos por novos a fim de legitimar, constantemente, o passado para as novas e futuras gerações, como foi o caso tocantinense. Para Moscovici (2007, p. 41), “[...] para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu”.

Compreender os elementos intrínsecos na construção das representações sociais nos permite observar a dimensão que ela alcançou ao longo do processo de construção de um mito político cuja realidade socioespacial construída por ela foi o Estado do Tocantins. A questão que se coloca é a de um entendimento de como política e religião foram devidamente articulados nas representações e no imaginário das mentalidades com o propósito único de criar uma nova unidade da federação brasileira.

De acordo com Moscovici (2007), as representações sociais possuem duas funções: a) a de convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram; e b) a de prescrever e impor sobre a sociedade uma força irresistível. Segundo o autor, as representações sociais são partilhadas, penetram e influenciam a mente de muitos, entretanto, sem ser pensadas por eles. Elas apenas são repensadas, recitadas e rerepresentadas.

Se tomarmos a questão sobre a formação do Estado do Tocantins a partir desse ponto levantado por Moscovici (2007), observamos que o discurso autonomista tocantinense elaborado a partir de sua historiografia atua neste sentido proposto pelo autor: a história tocantinense, bem como a luta *heroica* de seus personagens históricos, é recontada ao longo de gerações, reatualizada e rerepresentada a cada momento, num tempo cíclico, no qual os símbolos do nascente estado recontam a “saga heroica” de seus personagens a todo o momento. Segundo o autor, “eu quero dizer que elas [as representações sociais] são impostas sobre nós, e são o produto de uma seqüência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso

do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2007, p. 37).

Entretanto, mais do que recontar a história e colocar os fatos na ordem de quem a está criando, por meio da elaboração das representações sociais é possível estabelecer um jogo de poder e controle social. Isso porque a historiografia elaborada a partir dos fatos de um passado de luta – foram 179 anos buscando a autonomia do Estado do Tocantins, conforme Siqueira Campos destacou em diversos momentos em seus discursos tanto na Assembleia Nacional Constituinte como na Câmara dos Deputados – legitima a dominação e o controle da realidade socioespacial de hoje. Isso se torna claro quando observamos o slogan da campanha de Siqueira Campos para ser o primeiro governador do estado pelo PDC, em 1988: *Quem criou merece*. Ele toma para si a responsabilidade pela criação do estado e utiliza esse argumento para ser o primeiro governador do Tocantins.

No processo de construção das representações sociais, Moscovici (2007) trabalha com dois mecanismos que considera criadores das representações. São eles: a) ancoragem; e b) objetivação. O primeiro, segundo o autor, tenta ancorar ideias estranhas e alheias e torná-las categorias e imagens comuns a partir de sua inserção em um contexto familiar. O segundo procura objetivar, ou seja, trazer os elementos abstratos para algo quase concreto, que passe a existir no mundo físico, um *monumentum aere perennius*, como diria Cassirer (2003). Trazendo a discussão para o caso tocantinense, verifica-se que tanto ancoragem como objetivação fizeram parte de um processo de construção de representações sociais no estado, cujo esforço permitiu a construção de mentalidades que, inclusive, apoiassem tal objetivo.

Para Moscovici (2007, p. 61), ancorar é “[...] classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras”. Dar nomes a coisas ou seres, portanto, nos permite classificá-los dentro de um conjunto de valores que carregamos conosco e torna o estranho, o não familiar, em algo conhecido, familiar podendo, inclusive, reproduzi-lo dentro de um universo de valores por nós elaborados.

Para Franco (2004, p. 175), “a ancoragem consiste no processo de integração cognitiva do objeto representado para um sistema de pensamento social preexistente e para as transformações, histórica e culturalmente situadas, implícitas em tal processo”. No processo de ancoragem, a classificação que elaboramos do desconhecido é uma tentativa, segundo Moscovici

(2007), de inseri-lo num conjunto de categorias, comportamentos e regras que determinam o que é ou não é permitido em relação a um conjunto de indivíduos pertencentes a uma determinada classe. Além da classificação, a categorização também faz parte deste processo de ancoragem. Trata-se de “[...] escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2007, p. 63).

Para Moscovici (2007, p. 66) o ato de classificar algo, dentro da ancoragem, implica também em nomeá-lo. Para o autor,

é impossível classificar sem, ao mesmo tempo, dar nomes. Na verdade, essas são duas atividades distintas. Em nossa sociedade, nomear, colocar um nome em alguma coisa ou em alguém, possui um significado muito especial, quase solene. Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na *matriz de identidade* de nossa cultura.

Isso porque o anonimato ou o que é anônimo dificilmente pode tornar-se uma imagem comunicável ou ser ligado a outras imagens. É o estranho. Por isso surge a necessidade da associação entre a palavra e a coisa a fim de representá-la e inseri-la num mundo de conceitos e paradigmas que nos permite identificá-la.

Para Moscovici (2007), o ato de nomear as coisas ou pessoas permite três consequências: a) em primeiro lugar, a nomeação permite que uma coisa ou uma pessoa seja descrita e adquira certa característica ou tendência; b) essa nomeação permite que a coisa ou a pessoa se torne distinta de outras coisas ou pessoas a partir dessas características e tendências que ela adquire; c) a nomeação também permite que a coisa ou a pessoa se torne um objeto de convenção partilhado por aqueles que adotam essa mesma convenção, essa mesma linguagem. Portanto, mais do que dar nomes, o processo de nomeação torna esses elementos conhecidos e inseridos em um padrão, ou convenção, partilhados por outras coisas ou pessoas, e os transfere do mundo desconhecido para o universo de semelhantes. Deixa de ser o estranho para se tornar o familiar.

Ao tornar familiar o não familiar por meio da classificação e da nomeação de coisas ou pessoas, atribui-se ao ente nomeado uma *identidade*. Esta identidade social criada a partir da nomeação permite ajustar coisas e pessoas a uma representação social predominante.

A partir disso, com base em Moscovici (2007), pode-se entender que a ancoragem possui como dois aspectos a classificação e a nomeação. Isso provoca duas consequências na teoria das representações sociais.

A primeira delas é que a teoria das representações sociais exclui a ideia de pensamento ou de percepção que não possua ancoragem, ou seja, que não permita classificar e nomear. A segunda é que sistemas de classificação e de nomeação não são meios de rotular pessoas ou objetos. Para Moscovici (2007, p. 70), “seu objetivo principal é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões”. Isso porque, para podermos interpretar ideias ou algo não familiar, são necessárias categorias, nomes, referências, a fim de que o que está sendo nomeado possa ser integrado a um universo cognitivo familiar.

No caso específico do Estado do Tocantins, suas representações sociais foram elaboradas a partir de um processo de ancoragem que permitiu a classificação e nomeação de seres e fatos. A primeira delas refere-se à construção da historiografia do estado. Conforme vimos no capítulo anterior, a elaboração da história tocantinense procura nomear e classificar os bandeirantes no momento da ocupação do até então Estado de Goiás.

Naquela ocasião, conforme vimos anteriormente, os bandeirantes paulistas foram comparados a *demônios*, atribuindo-se a eles todo o peso do significado desse termo num contexto religioso e, sobretudo, cristão. Ao tomar emprestado esse termo para se referir aos bandeirantes, a historiografia nomeou e classificou esses personagens atribuindo-lhes um significado que foi de fundamental importância para a construção de uma identidade tocantinense. De um lado os jesuítas no norte, e de outro os bandeirantes, os *demônios* no sul.

Verifica-se, portanto, como os elementos religiosos foram sabiamente manipulados para nomear e classificar o desconhecido, o não familiar, e inseri-los em um conjunto de valores *demoníacos*, com todo o peso que isto possa significar no contexto de uma sociedade majoritariamente cristã. Isso serviu como um dos elementos utilizados na construção de uma identidade social tocantinense.

Em outro momento, já na década de 1980, Siqueira Campos também utiliza a ancoragem por meio da nomeação e classificação de seus desafetos políticos. Constantemente, em seus discursos na Assembleia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados Federais, o ex-deputado refere-se a eles como os *inimigos do povo* ou os *inimigos do Tocantins*. Ao nomeá-los e classificá-los dessa forma, eles estão sendo inseridos

dentro de um conjunto de valores e ideologias que acaba excluindo-os da sociedade da qual fazem parte.

Dessa forma, verifica-se que a ancoragem, por meio da classificação e nomeação, desempenhou um papel importante nesse processo de construção de uma representação social do Estado do Tocantins. Mais que isso, ao ser elaborada pelos detentores de poder e manipuladores dessas representações, ela legitimou o discurso de criação do estado, nomeando e classificando o que estava de acordo com tal propósito.

A objetivação, por sua vez, “[...] une a idéia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível” (MOSCOVICI, 2007, p. 71). Dessa forma, observa-se que a objetivação possui como função materializar uma abstração, de transformação “[...] de uma idéia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto” (FRANCO, 2004, p. 172).

Segundo Moscovici (2007, p. 71), a objetivação tem sido muito utilizada por políticos e intelectuais que possuem como pretensão transformar uma representação em uma realidade de representação, fazer a palavra que substitui alguma coisa na coisa que substitui a palavra. Dessa forma, a imagem dentro da objetivação das representações sociais possui um papel importante, haja vista que ela se torna a materialização de alguma coisa pensada. Para o autor, “todas as imagens podem conter realidade e eficiência em seus inícios e terminar sendo adoradas” (MOSCOVICI, 2007, p. 73). É o poder da linguagem e da capacidade de manipulá-la no processo de construção de representações.

Na objetivação trabalhamos, portanto, com a formação de imagens na qual o *percebido* substitui o *concebido*. Para Moscovici (2007, p. 74), “se existem imagens, se elas são essenciais para a comunicação e para a compreensão social, isso é porque elas não existem sem a realidade [...]”. O processo de construção de heróis é algo que também faz parte da objetivação das representações sociais. A intenção disso é tornar as palavras em carnes e as ideias em poderes naturais. A projeção da imagem ou da figura do herói é a materialização de um conceito cujo objetivo é o de tornar concreto aquilo que antes estava na abstração. Implica também uma estreita relação com a construção dos modernos mitos políticos, de que Cassirer (2003) nos lembrou anteriormente.

A objetivação das representações sociais também fez parte da construção de um conjunto de representações para a criação do Estado do Tocantins. A materialização da ideia de que Siqueira Campos era o *pai* do

estado assemelha-se bastante com a figura do *herói* apresentada anteriormente. O ex-deputado coloca-se como o *pai fundador* dessa unidade da federação e se sente na condição de considerar os habitantes da nova unidade da federação como o *meu povo* ou a *minha gente*, conforme se verifica em seus discursos. É o mito do herói povoando as mentes e objetivando representações mítico-políticas.

A presença de seu nome em um dos símbolos do estado, como o Hino do Tocantins, junto ao de Joaquim Teófilo Segurado, é a materialização, a objetivação, de sua imagem, que, atrelada ao nome de um dos personagens da luta pela criação do estado, trabalha a memória de uma coletividade e objetiva, por meio da linguagem e da fala, seu nome junto à ideia de criação do estado. Para Moscovici (2007, p. 78),

nossas representações, pois, tornam o não-familiar em algo familiar. O que é uma maneira diferente de dizer que elas dependem da memória. A solidez da memória impede de sofrer modificações súbitas, de um lado e de outro, fornece-lhes certa dose de independência dos acontecimentos atuais [...]

Mas qual o lugar das representações sociais em uma sociedade pensante? Se a ancoragem e a objetivação atuam no sentido de construir as representações sociais, que lugar elas ocupam após sua formação? Moscovici (2007) explica que esse lugar era determinado pela distinção entre uma esfera sagrada e outra profana. Enquanto a primeira se restringia ao campo da veneração, distante das atividades humanas, a segunda dizia respeito às atividades triviais e utilitaristas da sociedade humana. Entretanto, esse quadro mudou. Agora, a distinção que implica apontar os lugares das representações sociais em nossa sociedade divide-se em universos *consensuais* e universos *reificados*.

No universo consensual, o ponto central e de convergência das representações sociais é o ser humano. Ele é o centro do universo, o ponto comum entre todas as coisas. Para Moscovici (2007), no universo consensual a sociedade caracteriza-se por ser uma criação visível e contínua repleta de sentidos e finalidades que possuem uma voz humana e que tanto age como reage como um ser humano. No universo reificado, por sua vez, a sociedade atua como um sistema de entidades sólidas e invariáveis que se caracterizam por serem indiferentes às individualidades e não possuírem identidades. E o autor vai além disso: pelo fato de essa

sociedade no universo reificado ignorar a si mesma e às suas criações, ela os observa apenas como simples objetos isolados, sem uma aproximação ou mesmo relação, como pessoas, ideias, ambientes e atividades. Entretanto, ambos os universos referem-se a diferentes modos de produção do conhecimento e ocupam um lugar diferenciado no processo de construções e atribuições de significados à coletividade. Segundo o autor, Moscovici (2007, p. 52),

o contraste entre os dois universos possui um impacto psicológico. Os limites entre eles dividem a realidade coletiva, e, de fato, a realidade física, em duas. É facilmente constatável que as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual. A finalidade do primeiro é estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso [...] As representações, por outro lado, restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos.

Dessa forma, fica clara a distinção entre esses dois universos que definem os lugares das representações sociais em uma sociedade pensante: a perspectiva consensual estabelece uma sociedade formada por grupos de pessoas iguais e livres com competência, inclusive, de falar em nome do grupo. Entretanto, isso implica um conjunto de normas estabelecidas que devem ser preservadas e cumpridas por todos. O fato de cada um poder expressar suas posições implica a utilização de discursos, de conversações, realizados em locais públicos de encontro, no qual cada um (seja político armador, educador, sociólogo, entre outros) pode expressar suas próprias opiniões, revelando seus pontos de vista acerca de uma dada realidade. O universo consensual é institucionalizado em clubes, associações, bares, igrejas, na rua, enfim, lugares nos quais se pode atribuir uma realidade sonora àquilo que pensamos e que nos aproxima dos demais por meio da fala, da construção de uma linguagem comum a todos.

A criação do Estado do Tocantins habita, de certa forma, o universo representativo dos sujeitos. Por meio das falas, da objetivação dos pensamentos através da linguagem, identifica-se a construção e a institucionalização de um discurso que atribui a Siqueira Campos o papel do criador do estado, do legítimo herdeiro de

uma luta iniciada 179 anos atrás. Sua condição como o *Ditador do Cerrado*, como nos lembra Campos (2008), expressa os meios pelos quais ele personifica em si mesmo a figura do Estado e, por meio dela, elabora um espaço de representação no universo consensual do imaginário popular, onde se articulam os mitos políticos com o discurso criacionista de uma nova unidade da federação brasileira.

A perspectiva do universo reificado nos apresenta uma sociedade vista como um sistema de diferentes e distintos papéis e classes que expressam as desigualdades inerentes a ela mesma. O estado em si, enquanto instituição, atua como um universo reificado. Essa reificação encontra-se nos discursos oficiais e nos monumentos instaurados com a intenção de construir um espaço de poder. Sua natureza nos impõe uma fronteira de ação que nos limita em termos de atuação no interior dessa sociedade. As competências que adquirimos são as que nos habilitam a atuar em setores determinados da sociedade, como *o médico, o professor, o comerciante*, e assim por diante, e o trânsito de uma para a outra é extremamente complicado.

No universo reificado, a sociedade transforma-se em sistemas de entidades solidificadas que não permitem uma referência à individualidade nem tampouco a construção de uma identidade. O que importa é a exterioridade das instituições com relação à subjetivação dos indivíduos: ciência, política e religião são formas exteriores ao sujeito, que se torna acessível a eles apenas pelo universo consensual. Tanto o universo consensual quanto o reificado nos delimitam em termos de lugares a ocuparmos nas atividades humanas e na produção de conhecimentos e projetos sobre as realidades vividas diferentes representações sociais elaboradas pelos atores políticos.

Isto contribui para a formação do espaço de representação tocantinense o qual tornara-se o meio pelo qual política e religião se articularam para apresentar novos significados à espacialização da vida social. O espaço de representação nasce dessa imbricação entre o político e o religioso.

Para Gil Filho (1999, p. 107), nessa articulação entre o político e o religioso, “um culto religioso do poder político e do Estado, a divindade seria o líder político revestido pela consagração ritual, pela representação, investidura do Estado”. Assim, para o autor, a qualificação e a edificação do espaço de representação pelos atores sociais passa pelas motivações coletivas, as quais podem ser tanto políticas quanto religiosas, com a imanência do poder.

Para Gil Filho (2007), as definições de fronteiras de controle e apropriação de determinada realidade

social perpassam pela questão da territorialidade. Ainda para o autor, o espaço de representação “[...] expressaria a dinâmica entre o fato religioso e a prática social mediada pelo poder”.

Assim, podemos observar que o espaço de representação do Estado do Tocantins está diretamente ligado à articulação entre o político e o religioso. Estes são

mediados pelos discursos que, por meio de símbolos, procuram construir uma identidade ao tocaninense que legitime as falas de determinados atores políticos que, em muitos momentos, recorrem a uma representação mítica da vida social. Nessas articulações, podemos estabelecer uma clara relação entre o poder, a prática social e o fato religioso como elementos centrais do espaço de representação tocaninense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, podemos considerar que o Estado do Tocantins foi criado com base em representações político-religiosas expressas por meio de discursos fundadores que tinham por finalidade construir uma identidade tocaninense por meio do resgate de seus personagens e a personificação de heróis. Por meio deles, a articulação entre poder, prática social e o fato religioso contribuiu para a construção de um espaço de representação tocaninense. Isto não implica em afirmar que não houve interesses de ordem econômica de de-

terminados atores sociais no processo de emancipação do norte de Goiás.

Entretanto, este não se caracterizou como objeto deste artigo. O que procuramos demonstrar foi como política e religião devidamente articulados contribuíram para a construção de uma representação tocaninense que perdura há vinte anos sustentados pelas manifestações simbólicas e imaginárias expressos nos atos políticos e religiosos de um terra chamada Estado do Tocantins!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BITTAR, R. Tocantins nasce em clima de discórdia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1/11/1988.

CAMPOS, Rinaldo. O ditador do cerrado. 5. ed. [S. l.]: [s. n.], 2008.

CAMPOS, S. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília, p. 163, 7/2/1987a. (Comunicação Oral).

_____. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília, p. 2822, 20/6/1987b. (Comunicação Oral).

_____. Discurso na Assembléia Nacional Constituinte. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, Brasília, p. 9807, 23/4/1988. (Comunicação Oral).

CASSIRER, E. *O mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003.

CAVALCANTE, M. *O discurso autonomista do Tocantins*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FRANCO, Maria Laura P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan/abr. 2004.

GIL FILHO, Sylvio F. Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. *RA'E GA: o espaço geográfico em análise*, Curitiba, n. 03, ano III, p. 91-120, 1999.

_____. *Por uma geografia do sagrado*. Disponível em: <<http://www.geog.ufpr.br/nupper/artigos.htm>>. Acesso em: 5/9/2007.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública*. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, H.; SILVA, L.; BATISTA, D. Do herói ficcional ao herói político. *Ciência e Cognição*, v. 12, p. 18-30, 2007. Disponível em: <www.cienciasecognição.org.br>. Acesso em: 21/7/2008.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. A “invenção” do Tocantins. In: GIRARDIN, O. (Org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2002. p. 13-48.

RIBEIRO, F. *A invenção do Tocantins: memória, história e representação*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2001.

SILVA, W. Ritual e política: excerto. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p. 75-91, 2008.

SILVA, O. *Breve história do Tocantins e de sua gente*. Uma luta secular. Araguaína: FIETO, 1996.

RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE

ISSN 2177-2738

DIRETRIZES PARA O AUTOR

A revista *RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise* é um veículo de publicação do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, sendo que ela recebe contribuições científicas na forma de texto relacionadas à ciência geográfica e áreas afins. Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Revista, que acata ou não a publicação. Essa decisão será comunicada aos autores via e-mail, sem compromisso de devolução dos originais.

I - Orientação geral

1. O original deverá ser submetido ao sistema eletrônico de revistas: SER (www.ser.ufpr.br/raega), além de uma cópia em CD-R a ser enviada para o Editor Científico para fins de arquivo (depois de submetida ao sistema SER).
2. Os artigos devem ter de 10 a 30 páginas digitadas, incluindo figuras, tabelas e referências. Em casos especiais, a serem avaliados pelos editores, serão aceitos originais com número superior de páginas.
3. Os artigos serão preferencialmente escritos em português ou espanhol.

II - Formato do texto

1. Os textos dos trabalhos devem ser digitados em computadores tipo IBM-PC utilizando-se o programa MICROSOFT WORD FOR WINDOWS. Os textos devem ser digitados em letra Arial, corpo 12, com indicação de parágrafo, espaçamento 1,5, respeitando as normas da ABNT .
2. As figuras devem ser enviadas em formato digital BMP,.TIFF (não comprimido) ou .JPG e, no caso de tabelas e gráficos, devem ser feitos com o MICROSOFT WORD FOR WINDOWS ou MICROSOFT EXCEL, devidamente acompanhados de cópia em papel, e respeitando as medidas máximas de 21 x 27,5 cm. O texto deve indicar o local das figuras e tabelas.
3. As figuras serão publicadas preferencialmente em preto e branco. Se houver necessidade das figuras serem publicadas coloridas, o custo ficará a cargo do autor. Nesse caso deve ser consultado o editor.
4. Figuras e tabelas devem apresentar título e legendas em português ou espanhol.

III - Organização dos textos

Na primeira folha deverá constar o título (português e inglês), nome(s) do(s) autor(es), vínculo institucional e titulação. Na segunda página deverá constar o resumo (inglês e português) em um único parágrafo que contenha entre 5 e 10 linhas e palavras-chave (no máximo cinco palavras).

IV - Referências e citações

De acordo com a NBR-10520:2001 da ABNT, as referências deverão ter chamadas no texto pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), em maiúsculas, com data e paginação, quando dentro de parêntesis: (SANTOS, 1995, p.90) e apenas com a primeira letra em caixa alta, com as outras em caixa baixa, quando inseridas na frase: Segundo Santos (1995, p.8). Caso um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano, identificar cada uma delas por letras, (SANTOS, 1995a, p.6). Somente as referências citadas no texto deverão constar ao final do texto, em ordem alfabética, e elaborada de acordo com a NBR-6023:2000 da ABNT.

1. Livros

SOBRENOME, Nomes. *Título do livro*. Local de Edição: Editora, data.

2. Partes de livros

SOBRENOME, Nomes (do autor do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nomes (Ed., Org., Comp.) *Título do livro*. Local de Edição: Editora, ano. Número do Capítulo, p. página inicial – página final do capítulo.

3. Artigos de periódicos

SOBRENOME, Nomes. Título do artigo. *Título do Periódico*, Local de publicação, número do volume, número do fascículo, p. página inicial - página final, ano.

4. Trabalhos acadêmicos

SOBRENOME, Nomes. *Título do trabalho acadêmico*. f. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/ em ...) – Setor, Universidade, local da defesa, data de defesa.

5. Trabalhos em eventos

SOBRENOME, Nomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, número do evento, ano de realização, local. *Título...*(Anais, Atas, Proceedings e etc.). Local de publicação: Editora, data, página inicial-final.

6. Artigos de periódicos online

SOBRENOME, Nomes. *Título do trabalho*. Fonte. Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: data (dia/mês/ano).

As citações textuais de até três linhas deverão aparecer no decorrer do texto, na mesma letra e entre aspas. As citações de mais de três linhas deverão ser digitadas com recuo, sem aspas nem itálicos e em letra de tamanho menor do que aquela do texto principal. Em ambas as citações deve ser referido o SOBRENOME do autor, ano, página.

RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise
Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100 – Jardim das Américas – Centro Politécnico
CEP 81532 980 – Caixa Postal 19001 – Curitiba – PR
Fone: (41) 3361-3454 – Fax (41) 3361-3244
e-mail: raega@ufpr.br – web site: www.geografia.ufpr.br/raega

RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE

ISSN 2177-2738

INSTRUCTIONS TO AUTHORS

The *RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise* journal, published by the Department of Geography and the Post-Graduate Studies Program in Geography – Master's and Doctorate's Level of the Federal University of Paraná, receives scientific contributions related to the geographic science and related areas. Articles may be published once approved by the Editorial board. Authors who submitted papers will receive the Editorial board's decisions by e-mail. Originals of submitted papers may not be returned to authors.

I – General rules

1. Originals should be sent to SER (Electronic Journal System) at the following address: <www.ser.ufpr.br/raega>. After that, a CD-R copy must be sent to the Editor to be part of our filing system.
2. Papers should not be longer than 30 pages and not shorter than 10 pages, including figures, tables and references. In some special cases, which will be analyzed by the Editor, longer originals may be submitted.
3. Papers should be written either in Portuguese or in Spanish.

II – Text format

1. Papers should be typed in IBM-PC computers; MICROSOFT WORD FOR WINDOWS program should be used. They also should be typed in Arial letters, size 12, 1.5 spaced lines indenting first lines of paragraphs; ABNT rules should be followed.
2. Figures should be sent in BMP, .TIFF (not compressed) or .JPG digital format. Tables and graphics should be done by means of MICROSOFT WORD FOR WINDOWS or MICROSOFT EXCEL. Figures, tables and graphics should be sent printed, and they should not exceed 21 x 27,5 cm. Texts should indicate the appropriate place for figures and tables.
3. Figures should be published in black and white. Authors should agree to pay for additional costs in case of colored figures; these cases will be analyzed by the Editor.
4. Figures and tables should have titles and subtitles either in Portuguese or Spanish.

III- Text organization

The first page should contain: the title (both in Portuguese and in English), the author's names, Institution and titles. The second page should include an abstract (both in Portuguese and in English), in an only paragraph with 5 to 10 lines, and at most 5 (five) key words.

IV – References and citations

According to NBR-10520:2001 from ABNT, the references should be called in the text by the author's surname in capital letters, date and page when in parenthesis (SANTOS, 1995, P. 90) and in small letters when within a sentence: According to Santos (1995, p. 8). If the same cited author has more than one publication in the same year, each one should be identified with letters, (SANTOS, 1995a, p. 6). Only the references that have been cited in the text should be mentioned in the reference list, in alphabetical order and created according to the NBR-6023:2000 from ABNT.

1. Books

SURNAME, Names. *Title*. Place: Publisher name, date.

2. Parts of books

SURNAME, Names (chapter author). Chapter title. In: SURNAME, Names (Eds.; Org.). *Book title*. Place: Publisher name, year. Chapter number, chapter page number range (p. 10-18).

3. Periodical articles

SURNAME, Names. Article title. *Journal Title*. Place, volume number, issue number, p. page number range, year.

4. Academic reports

SURNAME, Names. *Report title*. Total page number. Thesis/Dissertation/Monograph (Doctory/ Mastery in ...) – School of ..., University, Place, date.

5. Papers presented at meetings

SURNAME, Names. Paper title. In: CONFERENCE NAME IN CAPITAL LETTERS, conference number, year, Place. *Title...* (Annals, Acts, Proceedings). Place: Publisher name, date, page number range.

6. Online journal articles

SURNAME, Names. *Article title*. Publisher. Journal Title. Place, volume number, issue number, p. page number range, year/date. Available at: <<http://address>>. Captured in: day/month/year.

Quotations of three lines or shorter should be showed in “quotation marks” and in the same font-size in the running text. Quotations of more than three lines should be indented at the left margin throughout, without any quotation marks or italics and in a smaller font than the main text. Both must be referred to as AUTHOR’S SURNAME, year, pages.

RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise
Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100 – Jardim das Américas – Centro Politécnico
Zip Code: 81532 980 – P.O. Box: 19001 – Curitiba – PR
Phone number: (41) 3361-3454 – Fax number: (41) 3361-3244
e-mail: raega@ufpr.br – web site: www.geografia.ufpr.br/raega

A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do Open Journal System, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento.

O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

O trabalho de editoração de algumas revistas (Boletim Paranaense de Geociências, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Educar em Revista, Extensão em Foco, História: Questões & Debates, RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise, Revista de Economia e Revista Letras) é supervisionado pela **EDITORA UFPR**, que conta com corpo editorial especializado que se ocupa da revisão final dos volumes de seus respectivos periódicos, dentro dos padrões estabelecidos pela Editora. Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o Public Knowledge Project, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
R. Dr. Faivre, 405 – Ed. D. Pedro II, 1º andar, Curitiba, Paraná, Brasil
CEP: 80060-140 – Telefone: (41) 3360-5227/ 3360-5335 – FAX: (41) 3360-5113
ser@ufpr.br
prppg@ufpr.br